

AS DESIGNAÇÕES E OS DISCURSOS EM TORNO DA PALAVRA HOMOAFETIVIDADE

Adilson Carlos Batista¹

A palavra homoafetividade, tida como politicamente correta com base no discurso jurídico, nem sempre apresentou os mesmos significados e configurações. Essa palavra já entrou em relação com outras designações e com posições-sujeito distintas em diversas culturas através do tempo, sinalizando para a reprodução e para as transformações sócio ideológicas pela relação da língua na história e no simbólico porque, na formação social, circulam discursos que se cruzam, que se enfrentam, que se esbarram, que se anulam e, muitas vezes, complementam-se, fazendo surgir novos discursos, alterando sentidos anteriores cristalizados e instaurando novos significados para palavras anteriormente empregadas, constituindo, nos termos de Pêcheux (2012b), (*Discurso e estrutura*), acontecimentos discursivos ou, conforme o mesmo autor (*Papel da memória*), deixando de se inscrever.

O discurso, conforme Pêcheux (2010), é efeito de sentido entre locutores dentro de algumas circunstâncias dadas, não havendo relação linear entre enunciador e destinatário, pois ambos estão, de certa forma, tocados pelo simbólico. Nessa relação de trocas, a língua não é somente um código, mas um conjunto de manifestações materiais, estruturada por designações e funcionamentos ideológicos que convocam e fazem trabalhar discursos outros e memórias pelas formações discursivas inscritas na formação social. Isso significa que o sentido das palavras depende da inscrição de sujeitos e dos modos como são interpelados pela ideologia e se inscrevem em formações discursivas, que Pêcheux (2009 p. 147) define como “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” assumindo diversas formas como “arenga, sermão, panfleto,

¹ Mestrando pela Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO.

exposição” etc. Assim, tudo que o sujeito diz ou faz é determinado pela sua inscrição em determinada FD, a qual se configura pelo processo de constituição de efeitos de sentidos e a sua relação com a ideologia, uma vez que [...] é a ideologia que, através do “hábito” e do uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de retomada do jogo. (PÊCHEUX, 2009, P.146).

A ideologia fornece e constitui evidência em torno do que “todos sabem” e reconhecem em discursos em circulação, como afirma Pêcheux, é por meio dela que identificamos/reconhecemos “o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica” e até mesmo uma greve. São essas evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado mascarem os sentidos e nos levem a questionar se eles realmente querem dizer o que dizem, pois a língua não é transparente.

Assim, a designação se dá pela reprodução e transformação do discurso em que os sujeitos fazem trabalhar redes de memórias, por isso, a designação homoafetividade, parte de nosso corpus, já significou amor/físico, pecado, crime, doença, identidade e, na atualidade, novamente amor. Isso se deu porque em cada período sociocultural na história, a palavra que designa a relação entre sujeitos do mesmo sexo filiou-se a diferentes formações discursivas, dependendo das condições de produção, filiações e posições sujeitos, porque cada sujeito sempre será individuado de acordo com sua relação cultural, pois como destaca Orlandi (2011, p.42) o sujeito individuado é o “indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais”.

Para falar sobre a designação, nos ancoramos em Guimarães (2005) que, ao discutir sobre as expressões linguísticas em sua obra *Semântica do Acontecimento*, desenvolve o conceito de designação, para mostrar que as expressões significam no enunciado pela relação que tem com o acontecimento em que funcionam, conforme destacamos anteriormente com a palavra homoafetiva. Nessa obra, o semanticista retoma a diferença entre a designação e a nomeação. Para o autor, designação é aquilo que produz historicidade e instabilidade entre a linguagem e o objeto. Nesse

sentido, na cena enunciativa, a designação estabelece uma relação com o real, pela relação do linguístico com o simbólico, rompe com a repetição e instaura efeitos de sentidos e significados outros e faz com que o efeito de real se diferencie de realidade. Isso significa passar do funcionamento linguístico para o funcionamento discursivo, conforme aconteceu com a palavra que designa a relação entre os sujeitos do mesmo sexo.

Na perspectiva do linguista, os nomes identificam os objetos, porém não os classificam, pois a nomeação é somente o funcionamento semântico pelo qual algo recebe o nome. Ele considera que a designação é a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o nome recortado historicamente pelo nome. É preciso considerar o fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não meramente como coisas existentes no mundo. Essa significação é construída no dizer. Assim, identifica-se um material significante em virtude de significá-lo de acordo com filiações e relações estabelecidas discursivamente conforme sinalizada por Pêcheux (2009) e, ainda, Guimarães (2005, p.12) destaca que “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento, o sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem, o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. Para esse autor, o acontecimento representa o presente e um futuro por um passado que os faz significar e assim são postos os funcionamentos das designações para desencadear os sentidos.

Da mesma forma, em Análise de Discurso, o que realmente é importante não é o acontecimento em si, mas como ele é significado enquanto fato histórico, nesse sentido, a relação homoafetiva filiou-se a diversas linhas discursivas de acordo com sua designação significando contextos e, marcando simbolicamente, sua existência enquanto sujeitos do/no discurso. Pêcheux (2012a, p. 17) define o acontecimento “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” e disso podemos entender que o discurso em sua materialidade resulta de um discurso anterior, significado como memória. A partir disso, o acontecimento, como afirma Cazarin (2007), não depende necessariamente dos sujeitos, contudo, para ser histórico, ele precisa ser simbolizado e significado como resultado de uma formulação anterior, ele partiu de um lugar comum dado ao acontecimento empírico, conforme ocorreram nas designações pederastia, sodomia, homossexualismo, homossexualidade e

homoafetividade que apresentam mudanças discursivas na forma de significar enquanto “corpodiscurso” na relação entre pessoas do mesmo sexo.

A primeira designação - pederastia² - se constituiu na Grécia Clássica, ela designa o comportamento sexual existente entre um sujeito homem mais velho, o erastés (amante), e um sujeito rapaz mais novo, o erónomos (amado). Segundo Dover (1994, p.34), ambas as palavras “são derivadas do verbo erán, que significa amar”. No livro *O Banquete*, de Platão, paiderastein significa “amor pelos jovens”. A relação entre esses sujeitos, nessa sociedade, é que “a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo a corpo de um saber preciso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento” (FOUCAULT, 2014a, p. 69), portanto uma relação de amor. Como destaca Moreira (2012), o sujeito amante não tinha somente a função de servir como modelo de coragem, mas de apresentar sabedoria e virtude cívica para o sujeito amado, jovem cuja atração se baseava na beleza física, no fato de ter um futuro moral, intelectual e militar promissor. O vínculo social entre o homem mais velho e o rapaz apresenta uma reflexão moral, que somente se faz presente nesses sujeitos individuados, nessa sociedade grega clássica. A pederastia desempenhou papel fundamental na educação dos adolescentes, pois ele aprendia a se tornar “um completo cavalheiro”, “um kalokagathos” – literalmente “belo, bom e/ou valente” (MARROU, 1998, p. 2016).

O sujeito, homem adulto, com idade de mais ou menos 30 anos, para se encaixar nesse papel - sujeito de erastés - precisava ser um homem sexualmente ativo na formação social, viril, forte, e ser cidadão, uma vez que essa relação de pederastia somente se realizava entre cidadão e futuro cidadão ateniense. Para os sujeitos se constituírem em cidadãos, em Atenas, somente existiam duas formas, primeiramente, precisava ser nascido nessa cidade, ou seja, ser filho de atenienses, os chamados eupátridas. A outra via de acesso à cidadania ateniense era através da assembleia, pela qual o sujeito devia ser aprovado por pelo menos seis mil

² Oriunda de outra palavra grega – *paiderastia* – formada junção de *país* (criança) e *erân* (amar), de acordo com Donald Schüller, em *Eros: dialética e retórica*, as relações pederásticas eram realizadas pelo *erasta*, que na obra platônica na maioria das vezes é traduzido por amante, e pelo *erômeno*, o amado (SCHÜLLER, 2001, p.17).

atenienses, em voto secreto. Ao sujeito erastés, além de ensinar sobre educação, política, filosofia, entre outras coisas, caberia a ele iniciar os mais jovens para a vida sexual.

Como o discurso filosófico é uma prática que tem origem em homens e se dirige a homens, nessa cultura, caberia a esse sujeito-homem ser sempre o ativo, pois já conquistou seu status social. Dessa forma, caberia somente a esse sujeito homem, viril, a penetração, a mulher, nessa cultura, será sempre a passiva, assim como os escravos e os rapazes. Toda a formação discursiva se dá pela filosofia, assim, a relação entre esses sujeitos do mesmo sexo é controlada pela sua própria vontade do prazer, conforme destaca Michel Foucault (2014abc), na qual se discute controle ou não desse prazer, assim se tem a vontade de saber, o uso dos prazeres e o cuidar de si. Nessa formação social, segundo Moreira (2012, p. 301), [...] longe de classificar os atos sexuais em termos de morais ou patológicos, os gregos chamavam os atos sexuais de *aphrodisia*, ou atos de Afrodite, o que congregava uma série de atos, gestos, contatos que proporcionavam certa forma de prazer.

Os gregos podiam simultaneamente ou alternadamente amar um rapaz ou uma moça ao mesmo tempo, podendo-se dizer que, de certa forma, eles eram bissexuais. Contudo, eles não reconheciam, nessa forma de conduzir a sexualidade, duas formas de desejos diferentes ou concorrentes, é nesse sentido que se pode pensar na bissexualidade como uma dupla estrutura, a liberdade de escolha. De acordo com Foucault (2014b, p. 233), “A seus olhos, o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são ‘belos’, qualquer que seja o sexo”. Considerando-se a isso, havia as constituintes morais que conduziam a relação entre os sujeitos e a forma de controle do prazer com o corpo para a relação da *afrodisia*, a dietética – cuidar do corpo, a econômica – a propósito do casamento, a erótica – a propósito dos rapazes e por último a filosofia – sobre as questões da verdade, mais precisamente as três formas de discursos filosóficos ou de formações ideológicas, que determinam a *aphrodisia*. Segundo Foucault (2014b), trata-se dos cuidados morais para com o uso do prazer. A *aphrodisia* constituía subjetivações dos sujeitos para vivenciar a prática e o controle do uso dos prazeres. Essas formações ideológicas estabelecem uma preocupação

em como os sujeitos (homens gregos) conduzem ou deveriam conduzir as prescrições estabelecidas em relação a essa moral clássica que perpassa a relação sujeito-homem e rapaz, a pederastia.

Com o cristianismo, a relação homoafetiva passa a designar-se sodomia, essa nova palavra latina surgiu como forma de contrapor os costumes culturais anteriores, deixados pelos helenísticos. Filiada a essa nova formação discursiva Cristã, a relação homoafetiva sofreu uma mudança radical, a sociedade condicionada pelas autocracias combinadas da Igreja e do Estado se recusam a admitir a possibilidade da bissexualidade praticada pelos Gregos. Segundo a etimologia, essa designação tem origem no discurso religioso retirado da narrativa presente no livro Gênesis, do Velho Testamento, no qual se diz que Deus destruiu as cidades de Sodoma e Gomorra por estarem ligadas aos pecados da carne.

Nesse período, a palavra designou a relação sexual anal entre pessoas do mesmo sexo ou entre o sujeito-homem e o sujeito-mulher, nesse sentido, ela representava o pecado porque qualquer ato sexual sem a função de reprodução não teria a aprovação divina. Na tradução da Bíblia do rei James, a palavra “sodomita” não tinha ainda a acepção moderna. Na época, ela traduzia todos os atos sexuais de qualquer tipo, entre pessoas dos dois sexos, que não fossem a penetração vaginal na posição ortodoxa. SPENCER (1999, p. 57). Portanto, o discurso religioso da época não designava a identidade de/ou reconhecimento de um grupo, mas o castigo por práticas sexuais que não tinham como objetivo a procriação e sim o prazer sexual. Por muito tempo, esse discurso religioso se propagou por toda a Europa e construiu um imaginário sobre a homossexualidade como algo negativo para aqueles que praticavam esse ato, muitos sofreram os castigos, outros a morte. Com o discurso religioso, a condenação ganha status de lei por meio de muitos concílios (Trento I, II, III, IV, V...). Isso vai durar até o século XIX, quando a palavra ganha nova designação.

A partir do século XVIII, com a disseminação das práticas sexuais como base econômica, tem início a incitação técnica para se falar de sexo, mesmo que para fazer análise sob a forma de contabilidade, de classificação e de especificações quantitativas ou causais. Esse foi o começo da construção de um novo discurso

sobre a relação homoafetiva. “Levar ‘em conta’ o sexo, formular sobre ele um discurso que não seja unicamente moral, mas da racionalidade”. (FOUCAULT, 2014a, p.26). Segundo o autor, essa é uma necessidade nova, o suficiente para começar a se falar de sexo, mas sem muita convicção, instaurando a surpresa e a necessidade de desculpar-se.

Esses discursos de controle social vão permanecer e, no século XIX, designar uma nova palavra para a relação entre sujeitos do mesmo sexo. Essa relação passa a ser designada de homossexualismo, porém muito mais com a razão do que da constituição moral, entretanto, ainda com o sentido negativo. Se antes, a relação entre sujeitos do mesmo sexo era pecado, nesse século, conforme Foucault (2014a), com o discurso da medicina, a relação se torna patologia, doença. Em um primeiro momento, a homoafetividade será vista como doença dos nervos, depois a psiquiatria começa a procurar explicações do lado da “extravagância”, na sequência, do onanismo, mais tarde, com a insatisfação sexual e “fraudes contra a procriação”. Em seguida, como decorrência de doença mental e, assim, os discursos vão corroborando para cada vez mais para o fato de as pessoas homossexuais ficarem sempre à margem da sociedade.

Nesse século, muitos sujeitos homossexuais foram acusados de sodomitas e sofreram perseguições. O caso mais conhecido foi do escritor Oscar Wilde e Francis Bacon que acabam sendo condenados por praticarem o homossexualismo. Com as práticas discursivas desse período até final do século XX a relação homoafetiva passa por diversas designações, conforme apontam Colin Spencer (2005) em sua obra “Homossexualidade, uma história” e Willian Naphy (2006), na obra “Born to Be Gay – História da Homossexualidade”. Além da relação entre os sujeitos do mesmo sexo ser designada de homossexualismo, são chamados de invertidos e pervertidos. Na década de 20/30, surge a palavra Gay, no início como pejorativo negativo, mas com o movimento ocorrido após StoneWall na década de 60/70, há uma libertação gay e a palavra ganha status positivo e muitos querem assumir sua sexualidade. Contudo, esse discurso é novamente afetado pelas contradições vigentes e, com o advindo da AIDS, a relação homoafetiva se torna a própria doença, os homossexuais tornam-se grupo de risco, o discurso muda na década de 80 e a relação homoafetiva vai significar a própria doença, com isso os sujeitos

homossexuais passam a se esconder novamente da sociedade, até que outros grupos se tornam alvo da doença, assim percebem que não são os sujeitos homossexuais os responsáveis pela doença em voga.

O psiquiatra brasileiro Jurandir da Costa, na tentativa de amenizar o preconceito, criou a palavra “homoerotismo”. Nessa mesma linha, o jurista Enézio de Deus Silva Júnior cunhou “homoessência”, mas hoje o termo mais empregado é a designação homoafetividade, criado pela jurista Maria Berenice Dias, no ano de 2000, em sua obra – União Homoafetiva: o preconceito e a justiça. Essa designação, segundo Enézio de Deus Silva Junior (2011 p. 80), vai muito mais além, pois são “vínculos entre pessoas homossexuais que bem mais do que sexuais no sentido genital, encontram no amor a sua razão de se desenvolverem e existirem na sociedade, apesar de todo o preconceito”. Apesar de a Jurista Maria Berenice cunhar essa nova designação em 2000, ela vai aparecer somente no Ato deliberativo nº27/2009 - STF, do reconhecimento do companheiro (a) de união homoafetiva, na Resolução 33. 131-7/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que reconhece como dependente os companheiros (a) de união homoafetiva e com maior representatividade no projeto de Lei do Senado nº 612/2011, no qual altera os artigos 1.723 e 1.726 do Código Civil de 2002, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Com essa nova designação, relação homoafetiva, a palavra perde toda sua negatividade, constituída pelos discursos religiosos/jurídicos e médicos, passando agora a funcionar como dispositivo legal.

Com base no escopo apresentado, confirmamos que as palavras são designadas de acordo com as formações discursivas as quais os sujeitos se identificam e que a contradição sempre se fará presente nessas formações para que novas designações possam surgir pelo meio do discurso porque a “Ideologia é eterna” e o “inconsciente” também (Pêcheux 2009 p.138). Dessa forma, a palavra homoafetiva - que designa a relação entre pessoas do mesmo sexo - poderá ressoar diversos sentidos de acordo com os discursos empregados e FD em que esses sujeitos se inscrevem.

REFERÊNCIAS

CAZARIN, Ercília. *Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo*. INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil, mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: SP, Ed. Claraluz, 2007, p. 109-122.

DIAS, Maria Berenice. *Homoafetividade e os Direitos LGBTI*. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

DOVER, Kenneth James. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. São Paulo : Nova Alexandria, 1994.

GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento – um estudo enunciativo da designação*. 2º Ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2005.

MARROU, Henri Irénée. *Da Pederastia Como Educação*. In: _____. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990. p. 51 – 65.

_____. *Educação e retórica*. In: FINLEY, Moses I. (Org). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 211 – 228.

MOREIRA, José Adilson. *União Homoafetiva – A Construção da Igualdade na Jurisprudência Brasileira*. 2º ed. Curitiba: Juruá, 2012.

NAPHY, Willian. *Born to Be Gay – História da Homossexualidade*. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa – Portugal: Edições 70: 2006.

ORLANDI, Eni P. *Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade*. In: INDURSKY, F. MITTMANN, Solange. FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Memória e História na/da Análise de Discurso*. Campinas. SP: Mercado das Letras, 2011.

PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. *Análise de Discurso* in Orlandi, Eni. *Textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

_____. *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

_____. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e outros. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Papel da memória, in: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.

FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade – a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014a.

_____. *História da Sexualidade – o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014b.

_____. *História da Sexualidade – o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014c.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade, uma história*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. *A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais*. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2010.